



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE REFERÊNCIA

CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1. OBJETO

Registro de Preço para a aquisição de carga de oxigênio medicinal destinados aos pacientes usuários do SUS, assistidos por esta secretaria, portadores de insuficiência pulmonar que fazem acompanhamento domiciliar, postos de saúde, ambulâncias e Programa SAMU.

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo determinar as condições que disciplinarão de acordo com o Estudo Técnico Preliminar e conforme condições, quantidades, exigências e estimativas contidas neste Termo de Referência.

Item	Quantidade Anual	Unidade de Medida	Descrição / Especificação
1	300	M ³	Oxigênio medicinal (m ³), recarga de torpedos de aço de 1 m ³ a 2 m ³ . A empresa vencedora deverá fornecer em forma de comodato, cerca de 30 cilindros deste tamanho (conforme a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde) para utilização dos pacientes do Município, nas Unidades Básicas de Saúde e Ambulâncias do Município, durante o período contratado. Incluindo as válvulas com fluxômetro, copo umidificador, mangueira extensora e óculos nasal.
2	200	M ³	Oxigênio medicinal (m ³), recarga de torpedos de aço de 3 m ³ a 4 m ³ . A empresa vencedora deverá fornecer em forma de comodato, cerca de 30 cilindros deste tamanho (conforme a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde) para utilização dos pacientes do município, nas Unidades Básicas de Saúde e Ambulâncias do Município, durante o período contratado. Incluindo as válvulas com fluxômetro, copo umidificador, mangueira extensora e óculos nasal.
3	20	M ³	Recarga de ar comprimido medicinal 3 m ³ a 4 m ³ . A empresa vencedora deverá fornecer em forma de comodato, cerca de 05 cilindros deste tamanho (conforme a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde) para utilização nas Unidades Básicas de Saúde e Ambulâncias do Município, durante o período contratado.
4	15000	M ³	Oxigênio medicinal (m ³), recarga de torpedos de aço de 6 m ³ a 10 m ³ . A empresa vencedora deverá fornecer em forma de comodato, cerca de 200 cilindros deste tamanho (conforme a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde) para utilização dos pacientes do Município, nas Unidades Básicas de Saúde e Ambulâncias do Município, durante o período contratado. Incluindo as válvulas com fluxômetro, copo umidificador, mangueira extensora e óculos nasal.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

1.2. Justifica-se que não haverá contratação de quantidades mínimas por se tratar de oxigênio, um objeto essencial à vida, onde o número de pacientes é definido e esse é o quantitativo estimado para o ano.

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de até 12 (doze) meses, prorrogável na forma dos artigos 106 107, da Lei nº 14.133/2021, conforme o caso.

Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes: vide a Lei

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

Ata de Registro de Preços prever a possibilidade de prorrogação por até um ano, art. 84 Lei Nº 14.133/2021.

Art. 84. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/ SERVIÇOS

3.1. Os bens a serem adquiridos ou serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de:

- (x) bens comuns (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () bens especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)
- () serviços comum (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () serviços especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)

CAPÍTULO II

DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1. Contratação de empresa para prestação de serviços na área da saúde, para locação de materiais para tratamento de oxigenoterapia domiciliar, para utilização exclusiva de pacientes que vierem necessitar de uso prolongado de oxigênio, bem como atendimento de recargas de cilindros medicinais nas Unidades de Saúde do município, para as ambulâncias da Secretaria de Saúde e para o SAMU.

4.2. A contratação é necessária para dar continuidade aos serviços prestados devido licitação estar com prazo de vigência próximo de encerrar, assim poder atender a demanda de pacientes que necessitam dos serviços, conforme prevê o art. 196 da constituição federal onde diz que: "a saúde é direito de todos e dever do estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitárias às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução proposta é a contratação de empresa especializada para o fornecimento/prestação de serviços de oxigenoterapia domiciliar, conforme as seguintes especificações/condições:

5.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

5.2. A solução da proposta é a contratação de empresa especializada para o fornecimento/prestação de serviços na área da saúde, para locação de materiais para tratamento de oxigenoterapia domiciliar, para utilização exclusiva de pacientes que vierem necessitar de uso prolongado de oxigênio, bem como atendimento de recargas de cilindros medicinais nas Unidades de Saúde do município, para as ambulâncias da Secretaria de Saúde e para o SAMU.

5.3. A contratação é necessária para dar continuidade aos serviços prestados devido licitação estar com prazo de vigência próximo de encerrar, assim poder atender a demanda de pacientes que necessitam dos



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

serviços, conforme prevê o art. 196 da constituição federal onde diz que: "a saúde é direito de todos e dever do estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitárias às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Os serviços têm natureza de serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2. A licitante vencedora responsabilizar-se-á integralmente pelo serviço a ser prestado nos termos da legislação vigente, observando o estabelecido nos itens a seguir:

6.2.1. Garantir a recarga dos cilindros de oxigenoterapia domiciliar, nas quantidades e prazos solicitados;

6.2.6. Responsabilizar-se pelo transporte e instalação dos cilindros de oxigenoterapia domiciliar, seguindo a regulamentação do fabricante;

6.2.7. Manter os cilindros de transporte em perfeitas condições de uso, ou seja, com carga completa obedecendo às normas legais vigentes;

6.2.8. Garantir o fornecimento de materiais sem custo adicional, como: fluxômetro, manômetro, umidificadores, válvulas reguladoras, extensores de silicone e os cateteres nasais. Cedidos em regime de Comodato;

6.2.9. Cumprir o prazo de entrega dos cilindros que será de até 07 (dias) corridos, contados do recebimento do pedido pela secretaria requisitante, livre de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxas de descargas, embalagens, etc;

6.2.10. A entrega e o recolhimento dos equipamentos, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde fica sob responsabilidade da empresa contratada;

6.2.11. Demais documentos exigidos devem atender ao item 19 deste Termo de Referência;

6.3. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço global, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021;

6.4. Para fornecimento/prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos a título habilitação, nos termos do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.5. Realização de visita semestral por profissional fisioterapeuta devidamente registrado no respectivo Conselho de Classe (CREFITO), para avaliação de utilização, adaptação e o correto funcionamento dos equipamentos.

CAPÍTULO III DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. Início da execução do objeto passa a vigorar na data de assinatura da ata de registro de preço.

7.2. A entrega do objeto será no domicílio do paciente do SUS (dentro do município de São Borja, zona urbana e rural), no respectivo endereço a ser fornecido pela Secretaria Municipal de saúde, ou mesmo nas unidades de saúde do Município e SAMU.

7.3. A entrega deverá ocorrer em até 07 (sete) dias corridos, contados do envio do pedido pela secretaria requisitante.

7.4. A ordem de entrega poderá ser repassada a contratada por meio de e-mail.

7.5. O município de São Borja se reserva ao direito de inspecionar o objeto, podendo recusá-lo ou solicitar sua substituição.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 20.106/2023, que “Regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de São Borja, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”

8. DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

8.1. PRAZO

8.1.1. O fornecedor terá o prazo máximo de 07 (sete) dias corridos, contados do recebimento do pedido da secretaria requisitante, para proceder a entrega dos produtos, livre de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxas de descargas, embalagens, etc.

8.1.2. Havendo transição entre fornecedores, o prazo para início do fornecimento será de 48 horas após o pedido.

8.2. LOCAL E HORÁRIO

8.2.1. As entregas, assim como as quantidades serão realizadas nos domicílios dos pacientes, em dia da semana, o qual será estipulado posteriormente juntamente a empresa ganhadora.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

- a)** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- b)** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes na TR e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c)** comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d)** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e)** efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- f)** a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a)** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- b)** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c)** comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d)** manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e)** indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

11. GARANTIA (E/OU VALIDADE)

(x) O prazo de garantia do objeto, contra defeitos de fabricação deverá ser de, no mínimo, 7 (sete) dias, a contar do recebimento definitivo.

(x) O prazo de garantia para os serviços de instalação, deverá ser de, no mínimo, 7 (sete) dias, a contar do recebimento definitivo.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

(x) Durante o período da garantia, a ADJUDICATÁRIA obriga-se a efetuar, sem ônus para o(a) Prefeitura Municipal de São Borja, a substituição ou reparo do objeto que apresentar defeitos de fabricação, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar do 1º dia útil posterior à data de confirmação do recebimento da comunicação.

**CAPÍTULO IV
DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

12.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.5. O responsável pela fiscalização do contrato será Aline Volpato Balbueno, enfermeira, Coren 661844-RS, e-mail: especializadasaoborja@gmail.com, telefone: 55 3431 4240, e seu substituto será Aline Segatto José Hardt, farmacêutica, CRF 9338-RS, e-mail: especializadasaoborja@gmail.com, telefone: 55 3431 4240.

12.6. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

13. DOS PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES

13.1. O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

**CAPÍTULO V
DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

14. DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

14.1. O objeto contratado será recebido provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.2. A entrega poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.3. O recebimento definitivo ocorrerá de forma tácita no prazo de 7 (sete) dias corridos para serviços, após o recebimento provisório, após a verificação da qualidade e consequente aceitação.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 15.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 15.2, de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia de atraso, aplicada por deixar de executar o objeto contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização, limitado a 3 dias, configurando inexecução parcial do contrato.

15.2.4.1. De 15% (quinze por cento) do valor do contrato, aplicado por deixar de executar o objeto contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização, por período superior a 3 dias. Fica a critério da Administração a não aceitação do objeto, de forma a configurar inexecução total do contrato, sem prejuízo as demais sanções e penalidades cabíveis.

15.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 15.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de São Borja, pelo prazo de 3 (três) anos.

15.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 15.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 15.2.5, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 15.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

- I. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do Prefeito.

15.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 15.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

15.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 15.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 15.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 15.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16. DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação da nota fiscal detalhando o objeto fornecido, com o devido recebimento e aprovação do fiscal do contrato, de acordo com o empenho, via depósito bancário ou boleto.

CAPÍTULO VI FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

17.1. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço global, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.2. O princípio do parcelamento não deverá ser aplicado à presente contratação, tendo em vista que eventual divisão do objeto geraria perda de economia de escala e causaria inviabilidade técnica, pois geraria maior trabalho de fiscalização contratual frente a falta de padronização e uniformização. Ademais, a existência de mais de uma empresa contratada poderia trazer uma série de transtornos quanto à eventual responsabilização por eventuais sinistros ocorridos.

17.3. Será selecionado o fornecedor que atender a todos os critérios de aceitabilidade de preços e de habilitação exigidos neste Termo de Referência, com a indicação do critério de julgamento a ser adotado.

18. CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

18.1. A proposta de preço deverá conter as seguintes indicações:

a) a proposta financeira deverá ser formulada, contendo preço unitário por item, total por item e total geral, onde deverão estar incluídos, contabilizados e previstos todos os custos inerentes a execução do objeto, indicando, no que for aplicável, a marca, o modelo, prazo de validade ou de garantia; número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

b) prazo de validade da proposta que deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias;

d) será considerado como critério de aceitabilidade de preços unitários máximos ao valor de referência individual de cada item, em observância ao art. 82 § 1º da Lei 14.133/2021.

18.1 AMOSTRA

(x) Não () Sim

18.2 DOCUMENTO OFICIAL DO FABRICANTE

(x) Não () Sim

19. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

19.1 ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA

(x) Sim () Não

19.1.1 Apresentar certidão ou atestado regularmente emitido pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional da empresa licitante na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto da presente licitação;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

19.1.2. Licença de funcionamento (LF) expedido pela Vigilância Sanitária (VISA), ou a equivalente publicação na Imprensa Oficial. Para localidades onde a atribuição da emissão da Licença Sanitária não é do Município, deverá ser apresentado documento equivalente emitido pela Vigilância Sanitária Estadual;

19.1.3. Autorização de funcionamento para correlatos expedida pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

19.1.4. Autorização de funcionamento para medicamentos e de insumos farmacêuticos (gases medicinais), expedida pela ANVISA;

19.2 VISTORIA

(x) Não () Sim () Opcional () Obrigatória.

19.3 LEGISLAÇÃO TÉCNICA APLICÁVEL

19.3.1 Apresentar certidão ou atestado regularmente emitido pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional da empresa licitante na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto da presente licitação;

19.3.2. Licença de funcionamento (LF) expedido pela Vigilância Sanitária (VISA), ou a equivalente publicação na Imprensa Oficial. Para localidades onde a atribuição da emissão da Licença Sanitária não é do Município, deverá ser apresentado documento equivalente emitido pela Vigilância Sanitária Estadual;

19.3.3. Autorização de funcionamento para correlatos expedida pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

19.3.4. Autorização de funcionamento para medicamentos e de insumos farmacêuticos (gases medicinais), expedida pela ANVISA;

19.4 TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MEs E EPPs

Não haverá tratamento diferenciado e simplificado (cotas) para as microempresas e empresas de pequeno porte nos itens estimados acima do limite previsto na Lei Complementar 123/2006 devido a divisão dos mesmos representar prejuízos ao conjunto do objeto a ser contratado.

19.5 JUSTIFICATIVAS DAS VEDAÇÕES

Não se aplica.

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS

Item	Quant Anual	Un id	Especificação	Valor unitário de referência
1	300	M ³	Oxigênio medicinal (m ³), recarga de torpedos de aço de 1 m ³ a 2 m ³ . A empresa vencedora deverá fornecer em forma de comodato, cerca de 30 cilindros deste tamanho (conforme a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde) para utilização dos pacientes do Município, nas Unidades Básicas de Saúde e Ambulâncias do Município, durante o período contratado. Incluindo as válvulas com fluxômetro, copo umidificador, mangueira extensora e óculos nasal.	R\$ 164,67
2	200	M ³	Oxigênio medicinal (m ³), recarga de torpedos de aço de 3 m ³ a 4 m ³ . A empresa vencedora deverá fornecer em forma de comodato, cerca de 30	R\$ 70,05



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

			cilindros deste tamanho (conforme a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde) para utilização dos pacientes do município, nas Unidades Básicas de Saúde e Ambulâncias do Município, durante o período contratado. Incluindo as válvulas com fluxômetro, copo umidificador, mangueira extensora e óculos nasal.	
3	20	M ³	Recarga de ar comprimido medicinal 3 m ³ a 4 m ³ . A empresa vencedora deverá fornecer em forma de comodato, cerca de 05 cilindros deste tamanho (conforme a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde) para utilização nas Unidades Básicas de Saúde e Ambulâncias do Município, durante o período contratado.	R\$ 134,33
4	15.000	M ³	Oxigênio medicinal (m ³), recarga de torpedos de aço de 6 m ³ a 10 m ³ . A empresa vencedora deverá fornecer em forma de comodato, cerca de 200 cilindros deste tamanho (conforme a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde) para utilização dos pacientes do Município, nas Unidades Básicas de Saúde e Ambulâncias do Município, durante o período contratado. Incluindo as válvulas com fluxômetro, copo umidificador, mangueira extensora e óculos nasal.	R\$ 46,30
				R\$ 760.597,60

A pesquisa de preço para Recargas de Oxigênio Medicinal e acessórios foi satisfatória através do Sistema de Licitações e Contratos (LICITACON).

Os preços que fundamentam esta estimativa de valores foram por mim obtidos e rubricados, são verdadeiros e representam o melhor resultado que pude obter seguindo as orientações das normas que regem a matéria.

Aline Volpato Balbueno – Matrícula
Setor de Oxigenoterapia Domiciliar 29/05/2024

21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. Os recursos destinados à cobertura das despesas ora pretendidos se encontram alocados no Orçamento Geral do Município e serão custeadas com recursos financeiros provenientes do Tesouro Municipal.

21.2.. (Indicar a dotação orçamentária da contratação).

Órgão: 10

Unidade: 04

Função: 10



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Programa: 155
Projeto/Atividade: 2231
Elemento: 3.3.90.32.00.00.00
Recurso: 500

**CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES GERAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

Não se aplica.

São Borja/RS, 28 de junho de 2024.

Aline Volpato Balbueno
Enfermeira
Oxigenoterapia Domiciliar

Sabrina Dornelles Loureiro
Secretária Municipal De Saúde

() Defiro

() Indefiro

**Eduardo Bonotto
Prefeito**